



Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA 2015



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
“AO SERVIÇO DA COMUNIDADE”

ÓRGÃOS SOCIAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO, ELEITOS NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2014.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco - presidente
Joaquim dos Reis - vice presidente
Maria Manuela Correia Marques Leandro - secretária
António José Dinis Rogério - secretário

MESA ADMINISTRATIVA

Bernardino Garcia Cardoso - provedor
Francisco José Ribeiro Amaral Luízio - vice provedor
Maria Deotilde Jesus Mateus Videira Araújo - tesoureira
Joaquim Abel Amado Miranda - secretário
Jorge Miguel Maurício Correia - vogal
Heitor Carago Lourenço - suplente
João Isidoro Mota Frade - suplente
Maria Júlia Pereira Domingos Silva Costa - suplente

DEFINITÓRIO OU CONSELHO FISCAL

Sérgio Filipe Bravo e Pereira da Silva - presidente
Maria do Rosário Rijo Lourenço Marques - efetivo
Maria Antónia Ramos Lopes Fuller - suplente
António Manuel Machado Nogueira - suplente
Francisco Duarte Dias - suplente

CONVOCATÓRIA

Nos termos da alínea c), do nº 2, do Art.º 22º do Compromisso, convoco uma Assembleia Geral Ordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, a realizar pelas **14 horas e 30 minutos**, do dia 13 de Março, de 2016 (domingo), a realizar no edifício da sede, sito no Alto dos Fetais (Lar da 3ª idade), nesta vila, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Ponto um: Apresentação, discussão e aprovação do Relatório de Actividades e da Conta de Gerência, com o parecer do Definitório, relativo ao ano de 2015.

-Ponto dois: Outros assuntos de interesse para a Misericórdia.

Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a reunião efectuar-se-à à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos irmãos com direito a voto, **ou 30 minutos depois** com qualquer número de irmãos presentes.

Sobral de Monte Agraço, 27 de Fevereiro de 2016.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco)

CONVOCATÓRIA

Nos termos do nº 4, do Art.º 222º do Compromisso, por solicitação da Mesa Administrativa, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, a realizar pelas **16 horas**, do dia 13 de Março, de 2016 (domingo), a realizar no edifício da sede, sito no Alto dos Fetais (Lar da 3ª idade), nesta vila, com a seguinte ordem de trabalhos:

-Ponto único: Apresentação, discussão e votação de uma proposta da Mesa Administrativa para contrair um empréstimo de cem mil euros, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sobral de Monte Agraço, entregando como garantia o artigo matricial n.º U 1227, da freguesia do Sobral de Monte Agraço

Nos termos do n.1 do artigo 24º do Compromisso, a reunião efectuar-se-à à hora marcada se estiverem presentes pelo menos metade dos irmãos com direito a voto, **ou 30 minutos depois** com qualquer número de irmãos presentes.

Sobral de Monte Agraço, 27 de Fevereiro de 2016.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco)

Relatório de Actividades da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

Exercício de 2015

Introdução

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, nomeadamente, da alínea e), do artigo 27º do Compromisso, a Mesa Administrativa preparou o presente Relatório de Actividades e as Contas do exercício de 2015, que vem submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral, nos termos da alínea c), do artigo 21º, do mesmo Compromisso.

Enquadramento Geral

No ano de 2015 a situação económica portuguesa, apesar de revelar alguns sinais de retoma, sobretudo em sectores específicos, continuou a apresentar uma elevada taxa de desemprego, situação que manteve as dificuldades de muitas famílias, cujos rendimentos não lhes permitiram satisfazer as suas necessidades básicas, muitas vezes até ao nível da própria alimentação.

A colaboração de alguns sectores da sociedade, e, em particular o esforço conjunto e solidário desenvolvido pelas comunidades locais foi tentando minimizar esta situação. As Instituições de Solidariedade Social que, pela sua proximidade no terreno, conhecem bem as situações de carência, estiveram sempre na primeira linha desta ajuda e muitas vezes tiveram de dar resposta unicamente com os seus próprios meios.

A Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço procurou, com os poucos meios ao seu dispor, dar sempre resposta aos casos de carência social, tornando-se uma âncora essencial no apoio aos mais necessitados, tanto na sua sinalização e devido encaminhamento institucional, como no acolhimento de algumas situações de verdadeira emergência social.

Neste ano foram notórias as dificuldades das famílias e frequentes as situações em que se apresentaram na Instituição confessando a sua incapacidade em poderem corresponder com a respectiva participação familiar, devida pela resposta social facultada aos seus familiares. Também

continuou, a constatar-se que devido a situações de desemprego ou outras situações da conjuntura familiar, o valor da pequena reforma dos parentes idosos, que vivem com a família, constituiu um factor de ajuda financeira para equilibrar o orçamento mensal do agregado. Esta situação e o desemprego de um ou mais membros do agregado, implica que alguns idosos se mantenham em casa dos respectivos familiares, por vezes em condições precárias, até ao limite do possível, só procurando o apoio da Santa Casa, quando as condições de saúde já começam a degradar-se, trazendo assim um maior volume de trabalho e, conseqüentemente, um nível de cuidados mais oneroso, a partir do momento em que é disponibilizada a requerida resposta social.

Evolução da actividade

Este é o relatório de actividades que reflecte o primeiro ano de gestão da actual Mesa Administrativa. Foi um ano difícil e, de trabalho duro, para tentar controlar as contas que se apresentavam com desequilíbrios evidentes e uma dívida elevada a fornecedores. Paralelamente a este trabalho a Mesa Administrativa nunca deixou de reflectir diferentes ideias que foram surgindo e, ao mesmo tempo, implementar as medidas que considerou adequadas para continuar ao serviço da comunidade, garantindo os bons padrões de qualidade dos serviços que presta, os postos de trabalho e a credibilidade da Santa Casa.

No processo de reorganização geral que foi implementado visando igualmente a diminuição de gastos, foram tomadas medidas das quais se salientam as seguintes: instalação de estendal de roupa ao ar livre, retoma da telecontagem do painel fotovoltaico com o rendimento inerente; regularização dos pagamentos em atraso, devidos pelos utentes; pagamento das deslocações programadas de utentes a unidades médicas, co-responsabilização dos beneficiários das cantinas sociais.

Relativamente ao pessoal decidiu-se premiar a assiduidade, responsabilizar e premiar o desempenho e proporcionar 35 horas de formação profissional interna orientada de acordo com as necessidades.

Noutro campo, a Mesa Administrativa procedeu à concessão da Praça de Touros, fez a divulgação na Internet dos serviços prestados pela Santa Casa, lançou uma campanha feita de forma pessoal e institucional para que os contribuintes assinalassem a concessão de 0,5% do IRS, contactos junto de estabelecimentos de saúde dando a conhecer os nossos serviços para angariar

novos utentes, permitir aos familiares poderem tomar as refeições com os utentes e cooperar com todas as entidades do concelho, através da participação em eventos. Também reuniu de forma institucional com a Câmara Municipal para tratar de assuntos de interesse comum.

No ano de 2015 foram assinados protocolos com universidades, para a realização de estágios profissionais e curriculares. Foi ainda celebrado um protocolo com o ACES, considerado da maior importância para agilizar o processo da prestação dos cuidados de saúde especializados aos utentes da Santa Casa.

Pela primeira vez organizou-se uma venda de Natal que foi acontecimento muito interessante, não só pelos proveitos conseguidos, mas também pela vida que trouxe ao espaço do antigo hospital fechado há muito tempo.

Foram revistos e actualizados, de acordo com a nova legislação, todos os regulamentos das diferentes respostas sociais.

Tendo em conta as disposições legais do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, procedeu-se à elaboração de um novo Compromisso que já em vigor.

A reorganização geral dos serviços da Santa Casa, passou pela admissão de uma assessora da Mesa Administrativa, cuja missão principal, para além de uma presença assídua, é a de pôr em prática sua realização, situação que tem vindo a concretizar-se com prudência e segurança, como se verifica pelos resultados já conseguidos, nomeadamente, ao nível na organização de pessoal nos diferentes sectores e do combate aos desperdícios, entre outros, e, também no que concerne à criação de novos espaços e à racionalização dos existentes. Simultaneamente a Santa Casa contou com a colaboração de uma nutricionista que, a título gratuito, tem elaborado as ementas para as refeições dos utentes segundo as capitações mais adequadas; esta colaboração está a revelar-se muito proveitosa tanto ao nível da variedade como das quantidades confeccionadas.

A Santa Casa apenas dispôs, ao longo de 2015, dos rendimentos, gerados pela sua própria actividade, obrigando a um grande rigor e aperto na gestão, sempre em condições de muita austeridade, por forma a poder ir honrando, embora com algumas limitações os compromissos assumidos perante as entidades bancárias, os trabalhadores e fornecedores procurando prosseguir, com a mesma qualidade, a sua acção no campo das respostas sociais sem nunca deixar de atender os mais necessitados.

Apesar das dificuldades económicas, a actividade geral da Santa Casa, teve como prioridade continuar a oferecer as diversas respostas sociais com

qualidade e na forma mais adequada às diferentes necessidades de apoio à população idosa do concelho e de algumas zonas limítrofes. O apoio referido expressou-se nos serviços próprios, prestados em cada uma das respostas sociais, Lar Residencial, Lar de Grandes Dependentes, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Cantinas Sociais. O Lar Residencial, o Centro de Dia e outros serviços como, por exemplo, os de cozinha e lavandaria e os administrativos estão instalados no edifício do Alto de Fetais, enquanto que o Lar de Grandes Dependentes tem as respectivas instalações no edifício do antigo hospital, local onde também são entregues a maior parte das cantinas sociais.

O facto de haver dois espaços, a funcionarem, fisicamente separados, acarreta algum acréscimo nos custos, pelo facto de não poderem ser aproveitadas todas as vantagens que resultariam de uma efectiva centralização; por outro lado permite o aproveitamento de parte das instalações disponíveis, no edifício do antigo hospital, para dar a resposta social na área da Grande Dependência.

Nos dois espaços residenciais, durante o ano de 2015, mantiveram-se sempre em regime de ocupação plena todas as vagas que são abrangidas pelos protocolos de acordo estabelecidos com a Segurança Social, mas, por outro lado, as vagas que funcionam em regime livre tiveram uma diminuição significativa na taxa de ocupação, que em 31 de Dezembro, se cifrava em apenas 70%. Na ERPI localizada no edifício do Alto de Fetais, das 57 vagas abrangidas pelo acordo de cooperação estabelecido com a Segurança Social, existem, 5 vagas que estão consignadas para serem ocupadas apenas por sua própria indicação.

É de salientar que, os proveitos resultantes do serviço prestado no regime livre, continuam a ter um papel fundamental na manutenção do equilíbrio financeiro e da sustentabilidade da Instituição, mas que este ano ficou algo comprometida devido à menor taxa ocupação registada.

O Lar de Grandes Dependentes instalado no edifício do antigo hospital, dada a sua especificidade, funciona ao abrigo de um acordo atípico estabelecido com a Segurança Social, acolhendo 26 idosos, sendo que 3 vagas estão consignadas à Segurança Social.

Note-se que as oito vagas alocadas à Segurança Social, nos dois edifícios diminuem de alguma forma a nossa capacidade de resposta, face à procura, por parte de pessoas da nossa área geográfica. Esta contrariedade tem, no entanto, sido minimizada em colaboração com a Segurança Social, dada a

constante sinalização de utentes do concelho ou limítrofes em situação de emergência social.

A resposta social, Centro de Dia teve, em 2015, uma frequência média na ordem de 25 utentes/clientes, todos ao abrigo do acordo de cooperação com a Tutela. Nesta resposta social as pessoas foram transportadas pelas nossas viaturas, beneficiando de alimentação completa, para além do conforto e convívio social, Funcionou durante os sete dias da semana, só que ao fim de semana o transporte tem de ser assegurado pela família.

O serviço de Apoio Domiciliário, funcionou conforme as necessidades, dos utentes e foi assegurado por 2 equipas cada uma com 2 funcionárias especializadas, atendendo mais de 30 pessoas por dia. Durante os fins-de-semana funcionou com uma equipa, só para os casos em que a família não teve possibilidade de prestar a devida assistência. Nos últimos meses do ano esta resposta social foi objecto de novas orientações por parte da Tutela, passando a ser participado, não por um valor fixo mensal, mas pelo número de serviços contratados.

Durante o ano de 2015 continuou a funcionar a resposta Cantinas Sociais, abrangendo, no início 100 refeições diárias completas e gratuitas, sendo dada prioridade aos agregados com crianças. Todos os casos foram objecto de uma cuidada análise por parte dos serviços sociais. No entanto, a Mesa Administrativa entendeu que os beneficiários deveriam ser chamados a assumir, até ao limite de 1€, consignado na lei, a sua quota parte numa co-responsabilização pelo fornecimento deste serviço e estabeleceu, conforme os rendimentos, 5 escalões de pagamento.

Todos os utentes das diferentes respostas sociais e respectivas famílias beneficiaram de um acompanhamento constante por parte dos serviços sociais da Instituição. Por outro lado, as nossas animadoras, desenvolveram, de forma constante, inúmeras acções concretas, que motivaram os utentes em situação de permanência completa e os utilizadores do Centro de Dia a participar em actividades de carácter lúdico e de movimentação física.

Os cuidados de saúde prestados aos utentes foram, em 2015, assegurados por dois médicos, três enfermeiras, uma fisioterapeuta e duas auxiliares; um médico e uma enfermeira são contratados em regime de prestação de serviços.

Salienta-se que, durante uma semana do mês de Agosto, voltou a funcionar um espaço de ocupação de tempos livres, para os filhos das trabalhadoras, uma vez que a IPSS que, no concelho, presta serviços na área da infância, se

encontrava fechada. Assim sendo, as trabalhadoras tiveram a possibilidade de trabalhar e de trazer para a Instituição os seus filhos, a título gratuito, com a garantia de acompanhamento completo através do sector da animação sociocultural.

Pessoal

Em contexto de diálogo regular com os trabalhadores está em curso o processo de reorganização geral, dos diversos serviços procurando adequar o respectivo número de trabalhadores em função das tarefas a desempenhar; este processo ainda não está terminado, e atinge todos os sectores, mas sempre aberto aos reajustamentos que se forem revelando como necessários. O número de trabalhadores ao serviço da Instituição, em 2015, foi ligeiramente inferior ao do ano anterior. Em 31 de Dezembro estavam ao serviço um total de 78 trabalhadores menos 6 trabalhadores do que no período homólogo, dos quais, 70% pertenciam ao quadro e 30% com contrato a termo; existiram 2 prestadores de serviços, que exerceram actividade no sector da saúde. O recurso a contratos de trabalho temporário teve a ver, sobretudo, com necessidades não permanentes que decorrem, sobretudo, de baixas médicas prolongadas. Os gastos com pessoal cifraram-se, neste exercício, em cerca de 929 207 mil euros, representando 63 % dos gastos operacionais.

Parcerias/Projectos.

A Santa Casa da Misericórdia do Sobral de Monte Agraço, através do Serviço Social, encontrou-se afecta durante o ano de 2015 aos seguintes Projectos: Rede Social-SMA, Equipa de Cuidados Continuados Integrados, Parceria entre o Centro de Saúde, o Município e a Santa Casa da Misericórdia, Programa Comunitário de Apoio Alimentar a Carentes, Banco de Ajudas Técnicas da SCM-SMA:

.

Encargos Financeiros

Os custos financeiros traduzidos em juros e amortizações de capital foram, no exercício de 2015, na ordem dos 29.400 euros.

Resultados do exercício

O resultado líquido do exercício apresenta-se com um saldo positivo de 6.711,73 euros, que se propõe que sejam transferidos para resultados transitados.

Considerações finais

Ao apresentar este relatório de actividades a Mesa Administrativa quer deixar uma palavra de reconhecimento a todos que exercem a sua actividade profissional na Santa Casa da Misericórdia pelo carinho e empenho demonstrados para com os utentes e também pelo espírito aberto a novos métodos de trabalho.

A Mesa Administrativa agradece a todos os fornecedores a compreensão e confiança que demonstraram no entendimento do esforço que está a ser desenvolvido para que possam ser integralmente cumpridas as responsabilidades assumidas.

As Contas de Gerência do exercício, com a certificação legal, elaborada pela empresa AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A., estão explanadas nos respectivos mapas que, seguidamente, se apresentam sendo acompanhadas, pelo Parecer do Definitório ou Conselho Fiscal.

Salientamos que, em relação ao exercício anterior houve descidas de 9,2% em alimentação, de 17,2% em materiais, de 20% em produtos de limpeza. Por outro como se verifica a dívida aos bancos diminuiu 9,2% tendo sido amortizados 114 mil euros.

Sobral de Monte Agraço, 27 de Fevereiro de 2016

A mesa Administrativa

Bernardino Garcia Cardoso
Francisco José Ribeiro Amaral Luízio
Joaquim Abel Amado Miranda
Maria Deotilde Jesus Mateus Videira Araújo
Jorge Miguel Maurício Correia

Contas de Gerência do Exercício 2015

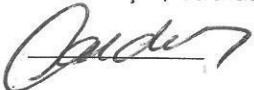
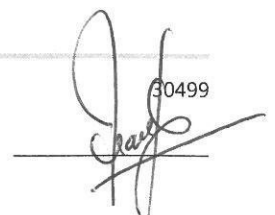
Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2015

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

(montantes em euros)

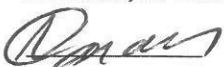
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	6	813.868,26	812.659,16
Subsídios, doações e legados à exploração		680.530,96	675.058,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(226.262,89)	(249.211,02)
Fornecimentos e serviços externos		(319.988,90)	(400.042,34)
Gastos com o pessoal	8	(929.207,01)	(897.156,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(6.666,39)	(23.247,60)
Outros rendimentos e ganhos	6	149.407,58	149.827,08
Outros gastos e perdas		(10.102,21)	(9.974,01)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		151.579,40	57.912,37
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(115.467,18)	(118.171,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		36.112,22	(60.259,61)
Juros e gastos similares suportados		(29.400,49)	(33.948,53)
Resultado antes de impostos		6.711,73	(94.208,14)
Resultado líquido do período		6.711,73	(94.208,14)

Administração / Gerência

30499

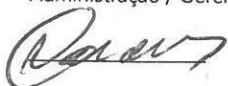
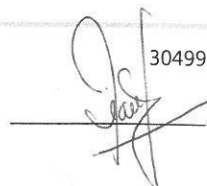
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.728.690,30	2.835.635,74
Propriedades de investimento		46.000,00	78.000,00
Investimentos Financeiros		198,00	
Outros ativos financeiros		2.408,52	1.137,26
		2.777.296,82	2.914.773,00
Ativo corrente			
Inventários	5	7.643,20	9.619,82
Clientes	7	39.367,41	55.323,20
Estado e outros entes públicos		8.028,26	
Outras contas a receber	7	15.877,65	12.585,20
Caixa e depósitos bancários		4.357,46	3.877,26
		75.273,98	81.405,48
Total do ativo		2.852.570,80	2.996.178,48
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7	148.922,83	148.922,83
Resultados transitados		870.265,87	964.474,01
Outras variações nos fundos patrimoniais		222.852,89	257.694,41
Resultado líquido do período		6.711,73	(94.208,14)
Total do fundo de capital		1.248.753,32	1.276.883,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	1.021.573,65	1.135.833,90
		1.021.573,65	1.135.833,90
Passivo corrente			
Fornecedores	7	232.737,43	229.634,03
Adiantamentos de clientes	7		800,00
Estado e outros entes públicos		38.611,51	39.339,71
Financiamentos obtidos	7	114.292,68	114.885,34
Outras contas a pagar	7;8	196.602,21	198.802,39
		582.243,83	583.461,47
Total do passivo		1.603.817,48	1.719.295,37
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.852.570,80	2.996.178,48




Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) do período findo em 31-12-2015 (montantes em euros)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		823.928,07	843.902,42
Pagamentos a fornecedores		506.665,44	301.280,88
Pagamentos ao pessoal	8	929.072,73	886.749,95
Caixa gerada pelas operações		(611.810,10)	(344.128,41)
Outros recebimentos/pagamentos		766.532,42	490.620,91
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		154.722,32	146.492,50
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	8.521,74	26.457,54
<i>Investimentos financeiros</i>		1.469,26	
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		2,28	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(9.988,72)	(26.457,54)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		114.852,91	102.257,41
<i>Juros e gastos similares</i>		29.400,49	33.948,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(144.253,40)	(136.205,94)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		480,20	(16.170,98)
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.877,26	20.048,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.357,46	3.877,26

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Sede social:

Endereço eletrónico:

Página da internet:

Natureza da atividade:

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Primeira adoção do novo referencial

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a quinta-feira, 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2014.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

Balanço - (modelo para ESNL) - Bens do património histórico e cultural

Balanço - (modelo para ESNL) - Excedentes de revalorização

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Outras imparidades

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações

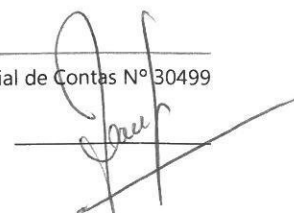
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais - Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	45.240,45	3.327.496,96	595.226,86	134.293,85	48.590,44		3.748,53	65.367,72		4.219.964,81
Depreciações acumuladas		794.471,60	419.228,61	126.061,26	44.572,60					1.384.329,07
Saldo no início do período	45.240,45	2.533.025,36	176.003,25	8.232,59	4.017,84		3.748,53	65.367,72		2.835.635,74
Variações do período		(84.272,33)	(21.864,29)	(5.045,09)	(885,48)			5.121,75		(106.945,44)
Total de aumentos										
Aquisições em primeira mão			3.399,99							
Total diminuições		84.272,33	25.264,28	5.045,09	885,48					115.467,18
Depreciações do período		84.272,33	25.264,28	5.045,09	885,48					115.467,18
Outras transferências			3.399,99					5.121,75		8.521,74
Saldo no fim do período	45.240,45	2.448.753,03	154.138,96	3.187,50	3.132,36		3.748,53	70.489,47		2.728.690,30
Valor bruto no fim do período	45.240,45	3.327.496,96	598.626,85	134.293,85	48.590,44		3.748,53	70.489,47		4.228.486,55
Depreciações acumuladas no fim do período		878.743,93	444.487,89	131.106,35	45.458,08					1.499.796,25

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	52.374,45	3.327.496,96	577.660,44	130.043,85	48.590,44		3.748,53	53.592,60		4.193.507,27
Depreciações acumuladas		710.199,27	391.305,66	121.016,15	43.636,01					1.266.157,09
Saldo no início do período	52.374,45	2.617.297,69	186.354,78	9.027,70	4.954,43		3.748,53	53.592,60		2.927.350,18
Variações do período	(7.134,00)	(84.272,33)	(10.351,53)	(795,11)	(936,59)			11.775,12		(91.714,44)
Total de aumentos			10.432,42	4.250,00						14.682,42
Aquisições em primeira mão			10.432,42	4.250,00						14.682,42
Total diminuições		84.272,33	27.917,95	5.045,11	936,59					118.171,98
Depreciações do período		84.272,33	27.917,95	5.045,11	936,59					118.171,98
Outras transferências	(7.134,00)		7.134,00					11.775,12		11.775,12
Saldo no fim do período	45.240,45	2.533.025,36	176.003,25	8.232,59	4.017,84		3.748,53	65.367,72		2.835.635,74
Valor bruto no fim do período	45.240,45	3.327.496,96	595.226,86	134.293,85	48.590,44		3.748,53	65.367,72		4.219.964,81
Depreciações acumuladas no fim do período		794.471,60	419.223,61	126.061,26	44.572,60					1.384.329,07

5 - Inventários

Balanço - (modelo para ESNL) - Inventários

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Variação nos inventários da produção

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de inventários (perdas/reversões)

5.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		9.619,82	9.619,82		10.039,02	10.039,02
Compras		190.050,56	190.050,56		215.752,00	215.752,00
Reclassificação e regularização de inventários					33.040,00	33.040,00
Inventários finais		7.643,20	7.643,20		9.619,82	9.619,82
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		226.262,89	226.262,89		249.211,02	249.211,02
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rédito

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Vendas e serviços prestados

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Outros rendimentos e ganhos

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Juros e rendimentos similares obtidos

6.1. Políticas contábilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

6.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	813.868,26	812.659,16
Juros	2,28	
Total	813.870,54	812.659,16

7 - Instrumentos financeiros

Balanço - (modelo para ESNL) - Clientes

Balanço - (modelo para ESNL) - Adiantamentos a fornecedores

Balanço - (modelo para ESNL) - Outras contas a receber

Balanço - (modelo para ESNL) - Outros ativos financeiros

Balanço - (modelo para ESNL) - Fundos

Balanço - (modelo para ESNL) - Financiamentos obtidos

Balanço - (modelo para ESNL) - Fornecedores

Balanço - (modelo para ESNL) - Adiantamentos de clientes

Balanço - (modelo para ESNL) - Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

Balanço - (modelo para ESNL) - Outras contas a pagar

Balanço - (modelo para ESNL) - Outros passivos financeiros

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

7.1. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Relativos a processos de insolvência e recuperação		
Reclamadas judicialmente		
Em mora:	6.666,39	23.247,60
Há mais de seis meses e até doze meses		
Há mais de doze meses e até dezoito meses		
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses		
Há mais de vinte e quatro meses	6.666,39	23.247,60
Total	6.666,39	23.247,60

8 - Benefícios dos empregados

Balanço - (modelo para ESNL) - Outras contas a pagar

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) - Gastos com o pessoal

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) - Pagamentos ao pessoal

8.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade




Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	929.207,01	897.156,96
Remunerações do pessoal	757.392,16	737.825,01
Encargos sobre as remunerações	160.831,86	151.092,25
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	6.842,49	6.195,15
Gastos de acção social	642,25	1.938,30
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	3.498,25	106,25

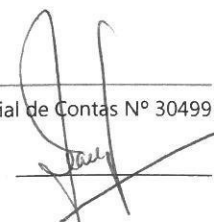
9 - Divulgações exigidas por diplomas legais

Balanço - (modelo para ESNL) - Fundos patrimoniais

9.1. Informação por atividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	813.868,26	813.868,26
Compras	190.050,56	190.050,56
Fornecimentos e serviços externos	319.988,90	319.988,90
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	226.262,89	226.262,89
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	226.262,89	226.262,89
Gastos com o pessoal	929.207,01	929.207,01
Remunerações	757.392,16	757.392,16
Outros gastos	171.814,85	171.814,85
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2.728.690,30	2.728.690,30
Propriedades de investimento		
Valor líquido final	46.000,00	46.000,00

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	812.659,16	812.659,16
Compras	248.791,82	248.791,82
Fornecimentos e serviços externos	400.042,34	400.042,34
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	249.211,02	249.211,02
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	249.211,02	249.211,02
Gastos com o pessoal	897.156,96	897.156,96
Remunerações	737.825,01	737.825,01
Outros gastos	159.331,95	159.331,95
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2.835.635,74	2.835.635,74
Total das aquisições	14.682,42	14.682,42
Propriedades de investimento		
Valor líquido final	78.000,00	78.000,00

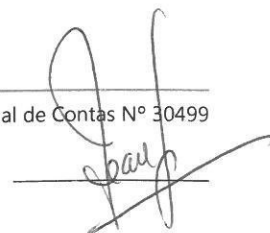
9.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	813.868,26			813.868,26
Compras	190.050,56			190.050,56
Fornecimentos e serviços externos	319.988,90			319.988,90
Rendimentos suplementares:	100.842,96			100.842,96
Outros rendimentos suplementares	100.842,96			100.842,96

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	812.659,16			812.659,16
Compras	248.791,82			248.791,82
Fornecimentos e serviços externos	400.042,34			400.042,34
Aquisições de ativos fixos tangíveis	14.682,42			14.682,42
Rendimentos suplementares:	79.287,06			79.287,06
Outros rendimentos suplementares	79.287,06			79.287,06

9.3. Decomposição e movimento dos fundos patrimoniais

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	148.922,83			148.922,83
Resultados transitados	964.474,01		(94.208,14)	870.265,87
Outras variações nos capitais próprios	257.694,41		(34.841,52)	222.852,89
Subsídios	139.392,00		(34.841,52)	104.550,48
Doações	118.302,41			118.302,41
Total	1.371.091,25		(129.049,66)	1.242.041,59

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	148.922,83			148.922,83
Resultados transitados	881.339,11		83.134,90	964.474,01
Outras variações nos capitais próprios	183.092,81		74.601,60	257.694,41
Subsídios	196.172,81	34.842,00	(56.780,81)	139.392,00
Doações			118.302,41	118.302,41
Outras variações	(13.080,00)	13.080,00	13.080,00	
Total	1.213.354,75		157.736,50	1.371.091,25

9.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

10 - Outras informações

10.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos




Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	85.685,71	111.795,62
Trabalhos especializados	15.657,11	18.450,69
Honorários	26.915,00	27.320,00
Conservação e reparação	39.514,97	55.157,73
Outros	3.598,63	10.867,20
Materiais	49.366,91	60.065,95
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5.759,86	26.116,95
Material de escritório	4.231,00	3.456,81
Outros	39.376,05	30.492,19
Energia e fluidos	134.648,89	165.266,25
Eletricidade	51.566,77	55.456,97
Combustíveis	71.900,30	94.312,14
Água	11.181,82	15.497,14
Deslocações, estadas e transportes	923,84	5.139,56
Deslocações e estadas	923,84	1.299,01
Transportes de pessoal		3.840,55
Serviços diversos	49.363,55	57.774,96
Comunicação	6.351,55	6.734,02
Seguros	4.319,78	4.654,71
Contencioso e notariado	621,32	1.102,87
Limpeza, higiene e conforto	25.854,91	32.530,14
Outros serviços	12.215,99	12.753,22
Total	319.988,90	400.042,34

RÚBRICAS	2015	2014	Diferença	Diferença %
Vendas e serviços prestados	813.868,26	812.659,16	1.209,10	0,1 %
Subsídios, doações e legados à exploração	680.530,96	675.058,06	5.472,90	0,8 %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(226.262,89)	(249.211,02)	22.948,13	-9,2 %
Fornecimentos e serviços externos	(319.988,90)	(400.042,34)	80.053,44	-20,0 %
Gastos com o pessoal	(929.207,01)	(897.156,96)	(32.050,05)	3,6 %
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(6.666,39)	(23.247,60)	16.581,21	-71,3 %
Outros rendimentos e ganhos	149.407,58	149.827,08	(419,50)	-0,3 %
Outros gastos e perdas	(10.102,21)	(9.974,01)	(128,20)	1,3 %
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	151.579,40	57.912,37	93.667,03	161,7 %
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(115.467,18)	(118.171,98)	2.704,80	-2,3 %
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	36.112,22	(60.259,61)	96.371,83	-159,9 %
Juros e gastos similares suportados	(29.400,49)	(33.948,53)	4.548,04	-13,4 %
Resultado antes de impostos	6.711,73	(94.208,14)	100.919,87	-107,1 %
Resultado líquido do período	6.711,73	(94.208,14)	100.919,87	-107,1 %

Mapa Exploração - Mês a Mês - até Dezembro / 2015
(Valores em Euros)

Gastos														Totais
Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(116,45)		0,00
61	18.039,90	15.425,90	17.481,87	16.416,47	14.737,19	18.145,73	18.619,85	14.812,41	16.443,63	16.764,64	13.437,18	45.938,12		226.262,89
62	35.148,44	30.404,15	27.635,52	29.011,81	22.989,94	22.769,93	20.958,50	27.087,43	23.955,55	26.234,17	22.509,85	31.283,61		319.988,90
63	78.493,13	78.121,40	79.725,68	78.938,46	78.876,86	79.834,12	75.649,74	76.964,11	74.207,50	73.211,75	76.110,39	79.073,87		929.207,01
64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	9.847,64	7.143,14		115.467,18
65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.666,39		6.666,39
66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
68	143,35	122,57	593,26	4.245,07	137,04	472,95	137,57	136,22	237,52	1.273,30	775,26	1.828,10		10.102,21
69	2.369,08	1.791,51	3.601,36	2.372,07	2.218,32	2.880,60	2.163,37	2.163,70	2.914,14	2.091,11	2.087,59	2.747,64		29.400,49
	144.041,54	135.713,17	138.885,33	140.831,52	128.806,99	134.067,42	127.376,67	131.011,51	127.605,98	129.422,61	124.767,91	174.564,42		1.637.095,07

Rendimentos

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
72	64.385,44	63.719,19	62.641,32	66.131,31	67.558,34	67.828,76	67.204,95	70.828,56	68.978,41	70.746,28	68.712,56	75.133,14		813.868,26
73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
75	53.449,13	53.493,25	73.167,32	59.307,93	55.994,46	54.752,56	58.032,78	52.719,43	56.541,12	55.720,41	52.439,45	54.913,12		680.530,96
76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
78	8.085,88	6.757,94	8.970,95	11.975,96	8.594,65	10.437,74	7.613,83	6.486,42	10.492,31	8.036,90	6.259,51	55.693,21		149.405,30
79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,28		2,28
	125.920,45	123.970,38	144.779,59	137.415,20	132.147,45	133.019,06	132.851,56	130.034,41	136.011,84	134.503,59	127.411,52	185.741,75		1.643.806,80

Resultados

Conta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Regulariz	Totais
81	(18.121,09)	(11.742,79)	5.894,26	(3.416,32)	3.340,46	(1.048,36)	5.474,89	(977,10)	8.405,86	5.080,98	2.643,61	11.177,33		6.711,73

RÚBRICAS	2015	2014	Diferença	Diferença %
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	2.728.690,30	2.835.635,74	(106.945,44)	-3,8 %
Propriedades de investimento	46.000,00	78.000,00	(32.000,00)	-41,0 %
Investimentos Financeiros	198,00		198,00	
Outros ativos financeiros	2.408,52	1.137,26	1.271,26	111,8 %
	2.777.296,82	2.914.773,00	(137.476,18)	-4,7 %
Ativo corrente				
Inventários	7.643,20	9.619,82	(1.976,62)	-20,5 %
Clientes	39.367,41	55.323,20	(15.955,79)	-28,8 %
Estado e outros entes públicos	8.028,26		8.028,26	
Outras contas a receber	15.877,65	12.585,20	3.292,45	26,2 %
Caixa e depósitos bancários	4.357,46	3.877,26	480,20	12,4 %
	75.273,98	81.405,48	(6.131,50)	-7,5 %
Total do ativo	2.852.570,80	2.996.178,48	(143.607,68)	-4,8 %
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	148.922,83	148.922,83		
Resultados transitados	870.265,87	964.474,01	(94.208,14)	-9,8 %
Outras variações nos fundos patrimoniais	222.852,89	257.694,41	(34.841,52)	-13,5 %
Resultado líquido do período	6.711,73	(94.208,14)	100.919,87	-107,1 %
Total do fundo de capital	1.248.753,32	1.276.883,11	(28.129,79)	-2,2 %
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	1.021.573,65	1.135.833,90	(114.260,25)	-10,1 %
	1.021.573,65	1.135.833,90	(114.260,25)	-10,1 %
Passivo corrente				
Fornecedores	232.737,43	229.634,03	3.103,40	1,4 %
Adiantamentos de clientes		800,00	(800,00)	-100,0 %
Estado e outros entes públicos	38.611,51	39.339,71	(728,20)	-1,9 %
Financiamentos obtidos	114.292,68	114.885,34	(592,66)	-0,5 %
Outras contas a pagar	196.602,21	198.802,39	(2.200,18)	-1,1 %
	582.243,83	583.461,47	(1.217,64)	-0,2 %
Total do passivo	1.603.817,48	1.719.295,37	(115.477,89)	-6,7 %
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	2.852.570,80	2.996.178,48	(143.607,68)	-4,8 %

CERTIDÃO

Maria Emília de Carvalho Caroço Miranda, Chefe de Finanças do quadro da Autoridade Tributária e Aduaneira, a exercer funções no Serviço de Finanças de SOBRAL MONTE AGRACO.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), visto que não é devedor de quaisquer impostos ou outras prestações tributárias e respetivos juros.

Esta certidão não dispensa o dever de prestação de consentimento, previsto no artigo 177º-C do CPPT, sempre que verificados os pressupostos legais.

A presente certidão não constitui documento de quitação, nos termos do artigo 24º, nº 6 do CPPT.

A presente certidão é válida por três meses, nos termos do disposto no artigo 24º, nº 4 do CPPT.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão, em 11 de Março de 2016.

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

NOME: SANTA CASA MISERICORDIA SOBRAL MONTE AGRACO

NIF: 501091718

O Chefe de Finanças



(Maria Emília de Carvalho Caroço Miranda)

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 501091718

Cód. Validação: 8SJZ3CB24727



SEGURANÇA SOCIAL

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRACO**

Firma/denominação **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRACO**

Número de Identificação de Segurança Social **20004628025**

Número de Identificação Fiscal **501091718**

Número de Declaração **12283454**

Data de emissão **03-12-2015**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2016.03.11 15:28:05 +00'00



DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Tipo de identificação: NIF / NIPC N° de identificação: 501091718

Responsabilidades referentes a: 31-01-2016

Informação comunicada pela instituição 0007 - NOVO BANCO, SA										
Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €	Saldo €	Tipo	Garantias	Valor €
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular			100 000	006		300 000
Crédito individual	Descobertos em depósitos à ordem	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Vencido	Mais de 2 até 3 meses		152			
Informação comunicada pela instituição 0035 - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA										
Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €	Saldo €	Tipo	Garantias	Valor €
Crédito individual	Cartão de crédito	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular			1 667			
Informação comunicada pela instituição 0036 - CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL										
Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €	Saldo €	Tipo	Garantias	Valor €
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	071 - Mais de 10 até 15 anos	063 - Mais de 7 até 8 anos	Regular			849 634	011		1 800 000
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	054 - Mais de 4 até 5 anos	051 - Mais de 1 até 2 anos	Regular			15 263	006		40 000
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	071 - Mais de 10 até 15 anos	063 - Mais de 7 até 8 anos	Regular			100 000	031		100 000



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRADO

Tipo de identificação: NIF / NIPC N° de identificação: 501091718

Responsabilidades referentes a: 31-01-2016

Informação comunicada pela instituição 0036 - CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €	Saldo €	Tipo	Garantias	Valor €
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular			60 000	006		60 000

Tipos de garantias

006 - Outras garantias

011 - Colateral real hipotecário - Imóveis

031 - Colateral financeiro - Depósitos

Número total de saldos neste mapa : 7

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro). Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRÃO

Tipo de identificação: NIF / NIPC N.º de identificação: 501091718

Responsabilidades referentes a: 31-01-2016

Saldos Agregados

Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação Crédito	Duração Incumprimento	Garantias	
						Saldo €	Tipo
Crédito individual	Créditos em conta corrente	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		160 000	006
Crédito individual	Descobertos em depósitos à ordem	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Vencido	Mais de 2 até 3 meses	152	
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	054 - Mais de 4 até 5 anos	051 - Mais de 1 até 2 anos	Regular		15 263	006
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	071 - Mais de 10 até 15 anos	063 - Mais de 7 até 8 anos	Regular		949 634	011
Crédito individual	Cartão de crédito	001 - Indeterminado	001 - Indeterminado	Regular		1 667	031

Tipos de garantias

006 - Outras garantias	011 - Colateral real hipotecário - Imóveis	031 - Colateral financeiro - Depósitos
------------------------	--	--

Número total de saldos neste mapa : 5

Fim de Relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro). Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações financeiras da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de ativo líquido de 2.852.571 Euros e um total do fundo de capital de 1.248.753 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.712 Euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de Demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de atividades com as Demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Não obtivemos resposta do advogado da Instituição, pelo que não podemos avaliar a extensão de eventuais ações judiciais em curso.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito dos ajustamento que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo 7 acima, as referidas Demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO** em 31 de Dezembro de 2015 e o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as Demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8., anterior, chamamos a atenção para o seguinte:

10.1 As Propriedades de investimento estão registadas pelo seu justo valor, determinado por avaliação anual, de acordo com os valores de mercados atribuídos pela Mesa Administrativa em Ata de março de 2013.

Lisboa, 11 de março de 2016

AUREN Auditores & Associados, SROC, S.A.
Representada por,

Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho, R.O.C.

Parecer do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço

INTRODUÇÃO:

O presente relatório resulta do trabalho desenvolvido pelo Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Sobral de Monte Agraço, adiante designada por "Santa Casa" ou "Instituição", o qual na qualidade de Órgão Eleito e no âmbito das suas competências estatutárias inerentes o elabora.

ÂMBITO DOS TRABALHOS REALIZADOS:

A atividade desenvolvida por este Órgão, relativamente ao exercício de 2015, envolveu, nomeadamente:

- a) A apreciação, com base em diligências junto dos serviços e demais Órgãos, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspetos fundamentais da atividade, através de contactos com o Senhor Provedor e demais membros da Mesa Administrativa;
- d) Contactos com o Revisor Oficial de Contas, Dr. Rui Carrilho, da sociedade de auditores AUREN, SA;
- e) Análise dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de atividades, o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo.

Gostaríamos de agradecer ao Senhor Provedor e demais Membros da Mesa Administrativa, ao Senhor Presidente da Assembleia Geral e demais membros da Mesa da Assembleia Geral, a todos os colaboradores desta casa com quem contactamos e por fim ao Revisor Oficial de Contas, toda a colaboração prestada no decurso dos trabalhos, quer ao nível da disponibilização de informação quer na disponibilidade e flexibilidade para a realização de reuniões e obtenção de esclarecimentos solicitados.

Desde já, salientamos o sucesso alcançado pela atual Mesa Administrativa no controlo dos gastos, o que permitiu iniciar, já no ano de 2015, a reversão dos prejuízos atingidos no decurso de 2014.

Contudo, também chamamos a atenção, para os baixos níveis da tesouraria que no passado recente determinaram situações de suspensão e/ou adiamentos de pagamentos.

RECOMENDAÇÕES:

Fruto dos trabalhos desenvolvidos, ao longo de todo o ano de 2015, o Conselho Fiscal, formula as seguintes recomendações à Mesa Administrativa:

- a) Que utilize o ano de 2016, como período de transição, para a implementação de uma política de segregação de funções, nomeadamente para as previstas na Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro;
- b) Proceda à inventariação dos ativos da instituição, à respetiva valorização e subsequente realização e/ou alienação de modo a reduzir as necessidades de financiamento;
- c) Mantenha os esforços para encontrar formas de elevar as quantias em tesouraria e a sua manutenção a médio e longo prazo;
- d) Mantenha a política de rigor no controlo dos custos e gastos.

PARECER / OPINIÃO:

Tendo presente a actividade desenvolvida, pelo Conselho Fiscal, e atento o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Atividades e restantes documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado formulada pela Mesa Administrativa, no seu relatório.

Sobral de Monte Agraço, 11 de março de 2016

Os Irmãos:

Luís Filipe Barros, Paulo
José do Graça, Nuno Lourenço Soares

